

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	1
<b>Apresentação</b> .....	5
<b>1 Introdução</b> .....	9
<b>2 Igualdade como Princípio Constitucional</b> .....	19
2.1 A Pessoa com Deficiência Mental e a Igualdade .....	29
2.2 Elementos para a Consideração Jurídica da Igualdade .....	34
<b>3 A Relevância Jurídica dos Conceitos Básicos: Incapacidade, Doença Mental e Deficiência Mental</b> .....	47
3.1 Transtornos Mentais .....	57
3.1.1 Incapacidade.....	60
3.1.2 Doença mental.....	65
3.1.3 Deficiência mental.....	73
3.2 Reconhecimento e Defesa da Diferença .....	82
<b>4 Licitude e Ilícitude da Discriminação e o Tratamento Jurídico da Deficiência Mental</b> .....	89
4.1 As Ações Afirmativas como Tentativa de Isonomia para as Pessoas com Deficiência Mental.....	95
4.2 Fundamento Normativo Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência Mental .....	107
4.3 A Ordem Constitucional Brasileira e a Educação da Pessoa com Deficiência Mental .....	115

4.3.1 O Judiciário e o direito à educação inclusiva .....	125
4.3.2 Efetividade das normas constitucionais aplicáveis .....	128
4.4 Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Proteção da Pessoa com Deficiência Mental: Liberdade Contratual e Gestão Patrimonial .....	131
<b>5 Educação como Direito Fundamental Social.....</b>	<b>137</b>
5.1 Deveres do Estado na Garantia da Educação da Pessoa com Deficiência Mental .....	142
5.2 Deficiência e Inclusão Social pela Educação no Brasil .....	152
5.3 Objetivos do Direito à Educação no Contexto da Deficiência Mental.....	158
5.4 O Internamento como Exceção .....	172
5.5 O Papel da Educação na Desospitalização da Pessoa com Deficiência Mental.....	176
5.6 Desenvolvimento da Autonomia da Pessoa com Deficiência Mental .....	180
<b>6 Conclusão: a Constituição e a Adequação da Sociedade para Viver a Deficiência.....</b>	<b>189</b>
<b>Referências .....</b>	<b>195</b>
Doutrina e Documentos Avulsos .....	195
Legislação.....	208
Notícias.....	210
<b>Anexo — Relação de Normas.....</b>	<b>213</b>